

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.304 - SP (2018/0319125-1)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**AGRAVANTE** : FERNANDA LAUDILINA DE BARROS  
**ADVOGADOS** : GLEIDMILSON DA SILVA BERTOLDI - SP283043  
GABRIEL CHANQUINI DIAS E OUTRO(S) - SP348028  
**AGRAVADO** : INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
IESP  
**ADVOGADO** : LUCIMARA SAYRE MIYA SATO E OUTRO(S) - SP170863

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 393, e-STJ):

Prestação de serviços educacionais - Ação de cobrança - Insurgência da ré em relação à bolsa de estudos promocional oferecida pelo autor - Inexistência de publicidade enganosa - Questão dirimida em acórdãos de ações civis públicas promovidas contra o autor - Bolsa de estudos condicionada à realização de financiamento estudantil (FIES), cuja contratação era de responsabilidade da estudante - Débito exigível, exceto quanto às mensalidades adicionais em maio de 2013 - Recurso parcialmente provido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação ao art. 355, I, do Código de Processo Civil. Sustenta, em síntese, a ocorrência de cerceamento de defesa, em razão do indeferimento da produção das provas pleiteadas.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 455/456, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Não merece acolhida a tese de violação ao art. 355, I, do Código de Processo Civil, sob o argumento da ocorrência de cerceamento de defesa.

É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que compete às

instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade, ou não, de dilação probatória, tendo em vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de especial, ao teor da Súmula 7/STJ.

A propósito, cito os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. AFASTAMENTO DA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. FORTUITO EXTERNO INERENTE À ATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. 3. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO EM PATAMAR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. 4. JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL A PARTIR DA CITAÇÃO. 5. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. FIXAÇÃO DE PENSÃO VITALÍCIA. CABIMENTO. PRECEDENTES. 6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O indeferimento da produção da dilação probatória requerida não configura cerceamento do direito de defesa, uma vez que ficou claro no aresto impugnado que as provas produzidas nos autos são suficientes para o correto deslinde da controvérsia. Sendo o magistrado o destinatário da prova, compete a ele o exame acerca da necessidade ou não da produção do aporte requerido, sendo inviável rever as provas dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Outrossim, é certo que o acolhimento das teses recursais de configuração da excludente de força maior e de necessidade de redução do quantum indenizatório demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. Nos casos de indenização por danos morais decorrentes de responsabilidade contratual, o termo inicial dos juros de mora é a data da citação. Precedentes.

4. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que é cabível o "arbitramento de pensão vitalícia àqueles que sofreram lesão permanente e parcial à sua integridade física, resultando em redução

de sua capacidade laborativa/profissional, consoante interpretação dada ao artigo 1.539 do Código Civil de 1916, atual artigo 950 do Código Civil de 2002" (AgRg no AREsp n. 636.383/GO, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 10/9/2015). Incidência da Súmula n. 83/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1236405/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/10/2018, DJe 10/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS RECONHECIDOS NA INSTÂNCIA A QUO. CERCEAMENTO DE DEFESA E DISCUSSÃO QUANTO À NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. VALORES FIXADOS NÃO EXORBITANTES. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Entendendo o eg. Tribunal a quo pela desnecessidade de realização de prova pericial, a pretensão de revisar tal entendimento, sob alegada ofensa aos arts. 420 e 427 do CPC/73 e suposto cerceamento de defesa, demandaria revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, em face do óbice da Súmula 7/STJ.

2. A iterativa jurisprudência desta eg. Corte é no sentido de que, sendo o juiz o destinatário da prova, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o entendimento pelo julgamento antecipado da lide não acarreta cerceamento de defesa. 3. Pela alínea c do permissivo constitucional, é inviável o apelo nobre que se limita a apresentar ementas de diversos paradigmas, sem a devida realização do cotejo analítico.

4. A pretensão de alterar o valor de indenização por danos morais, em regra, esbarra no óbice da aludida Súmula 7/STJ. No entanto, essa súmula pode ser afastada em hipóteses excepcionais, quando o quantum indenizatório se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não é o caso dos autos.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1429272/MA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª

REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 20/8/2018)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. APRECIACÃO DE PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ART. 131 DO CPC. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL. COMPROVADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada violação aos arts. 458 e 535 do Código de Processo Civil.

2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.

3. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 719.352/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 1/9/2015, DJe 8/9/2015)

No caso dos autos, a recorrente sustenta a ocorrência de propaganda enganosa por parte da instituição de ensino. Argumenta que teria direito à obtenção da bolsa de estudos integral e que, por isso, seria inexigível o débito objeto da presente demanda.

O acórdão recorrido anotou, contudo, que foram ajuizadas duas ações civis públicas pelo Ministério Público de São Paulo em que se questionou a propaganda supostamente enganosa, tendo o Tribunal de Justiça do estado decidido que não é possível afirmar que a referida publicidade é abusiva.

Além disso, nesta ação, a Corte Estadual, rejeitando a dilação probatória pretendida, por reputar suficientes as provas até então produzidas, concluiu que a simples leitura do anúncio ("*Você na faculdade: a UNIESP Paga! Estude nas faculdades do Grupo Educacional UNIESP por meio do Novo FIES, sem pagar nada e sem fiador*" – fl. 396, e-STJ) demonstrava a necessidade, para a obtenção da bolsa de estudos, da

contratação do financiamento estudantil (FIES).

Transcrevo, nesse sentido, trechos do acórdão recorrido (fls. 395/397, e-STJ):

A dilação probatória pretendida não é necessária, porque, como se verá adiante, a publicidade veiculada pelo autor é de fácil compreensão, não havendo necessidade por este ou qualquer outra razão, de ouvir testemunhas.

Consta da inicial que, em janeiro de 2010, a ré celebrou "contrato de prestação de prestação de serviços educacionais" com o autor, sendo de R\$683,00 o valor da primeira mensalidade.

O autor informa que a ré teve sua matrícula renovada em razão de decisão liminar proferida na ação civil pública nº 0007334-83.2012.8.26.0481, que suspendeu a "exigência de condicionantes relativas à cobrança de mensalidade" (fl. 64), em razão de suposta publicidade enganosa veiculada por ele.

Sucedendo que a sentença proferida naquela ação civil pública revogou a mencionada liminar e julgou improcedente o pedido, possibilitando que o autor ajuizasse a ação em tela, cobrando R\$16.373,03 da ré, pedido que foi acolhido pela sentença.

Como se vê da contestação e das razões de apelo, a ré afirma que foi vítima de publicidade enganosa, tendo contratado com o autor acreditando que receberia bolsa de estudo integral na faculdade, no curso "Administração". Além disso, ela impugna o valor da mensalidade, bem como a aplicação de juros moratórios e correção monetária feita pelo autor.

Pois bem. A publicidade veiculada pelo autor foi impugnada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em duas ações civis públicas, tendo uma sido promovida em Presidente Venceslau (processo nº 0000830-21.2013.8.26.0483) e outra em Presidente Epitáfio (processo nº 0007334-83.2012.8.26.0481).

Foram proferidas sentenças nos dois mencionados feitos e contra elas foram interpostas apelações, julgadas respectivamente pelas C. 28ª e 34ª Câmaras de Direito Privado, sendo reladoras as E. Desembargadoras KENARIK BOUJIKIAN e BERENICE MARCONDES CÉSAR.

Em ambos os casos, observou-se não ser possível afirmar que a propaganda veiculada pelo autor é genericamente abusiva, tendo a C. 28ª Câmara observado que os alunos entenderam - ou não poderiam deixar de compreender - que o financiamento estudantil (FIES) era

pressuposto à bolsa de estudos e deveria ser contratado pelos estudantes.

No caso em tela, o autor quitaria financiamento estudantil em prol dos alunos, mas estes deveriam arcar com o pagamento dos juros trimestrais do financiamento, além de frequentar as aulas, tirar boas notas, não ser reprovado, tirar nota três no ENADE e prestar serviços sociais voluntários

De fato, o anúncio da bolsa de estudos é perfeitamente compreensível, ainda mais para quem pretende frequentar curso superior, quanto à necessidade de que os alunos, para obtê-la, contratassem o FIES. Diz o anúncio: "Você na faculdade: a UNIESP Paga! Estude nas faculdades do Grupo Educacional UNIESP por meio do Novo FIES, sem pagar nada e sem fiador" (fl. 127, grifei).

Isto porque, como se sabe, o FIES é programa do Ministério da Educação destinado a financiar o curso de graduação de estudantes, em ensino superior, sendo responsabilidade do aluno a inscrição no programa, mesmo porque deverá passar por seleção socioeconômica. Se assim é, a ré sabia ou não podia desconhecer que a bolsa de estudos ofertada pelo autor seria válida apenas se ela se inscrevesse no programa em questão, o que não ocorreu.

Logo, não houve publicidade enganosa, neste caso, como foi decidido nas duas ações civis públicas, sendo possível a cobrança do débito contratado.

Consequentemente, improcede o pedido reconvencional, voltado à concessão de "bolsa integral de estudos" à ré, declaração de inexigibilidade do débito e indenização moral (fl. 93).

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora